

Oposição entre Concepção
Materialista e Idealista

[Introdução]

Conforme anunciam os ideólogos alemães, a Alemanha passou por uma transformação sem igual nos últimos anos. O processo de decomposição do sistema hegeliano, que principiou com Strauß, desenvolveu-se a ponto de se tornar em uma fermentação mundial, na qual todas as "potências do passado" (*Mächte der Vergangenheit*)¹ são arrastadas junto. No caos geral, formaram-se reinos formidáveis, a fim de logo em seguida voltarem a submergir; de um momento para outro emergiram heróis que logo em seguida foram catapultados de volta às trevas por rivais mais arrojados e mais poderosos. Foi uma revolução comparada à qual a Francesa foi um brinquito de crianças; uma luta mundial diante da qual as lutas dos diadocos² parecem mesquinhas. Os princípios expulsaram, os heróis do pensamento atropelaram uns aos outros com rapidez inusitada e em três anos, entre 1842 e [18]45, deu-se um fim em mais coisas do que em outros tempos em três séculos.

E tudo isso teria acontecido no terreno do puro pensamento.

Trata-se, em todo caso, de um acontecimento interessante: do processo de apodrecimento do espírito absoluto. Depois da extinção da última fa-

¹ *Macht* é conceito multifacetado no alemão. Não será esta a única vez em que o original do vocábulo aparecerá entre parênteses, até porque "potência" não é, nem de longe, a única opção para sua tradução. (N.T.)

² Líderes do exército de Alexandre, o Grande, que depois de sua morte lutaram furiosamente pelo poder. A luta ocorreu do final do século IV ao início do século III a.C., e no decorrer dela a monarquia poderosa de Alexandre entrou em decadência para ser dividida em vários Estados individuais ao final. A analogia criada por Marx e Engels é grandiosa: Hegel está para Alexandre, assim como os jovens hegelianos (ou neo-hegelianos) estão para os diadocos. E, além da grandiosidade, a ironia: a batalha, a luta, se reproduz não na realidade, mas no campo do pensamento... (N.T.)

gulha de vida, os diferentes elementos desse *caput mortuum*³ entraram em processo de decomposição, ocorreram novas ligações (*Verbindungen*) e formaram-se novas substâncias. Os industriais filosóficos, que até então haviam vivido da exploração do espírito absoluto, agora se atiraram às novas ligações, a novas alianças. Cada um acionou o desgaste da parte a ele atinente com a maior diligência possível. E isso não poderia ocorrer sem concorrência. E, no princípio, essa concorrência foi conduzida de modo bem burguês e honesto. Mais tarde, quando o mercado alemão estava sobrecarregado e a mercadoria, apesar de todos os esforços, não encontrava mais escoagem no mercado mundial, o negócio foi deteriorado segundo a maneira comum aos alemães, através da produção aparente (*Scheinproduktion*) e fabril, o que significou piora da qualidade, sofisticação da matéria-prima, falsificação das etiquetas, compras aparentes, especulações cambiais e um sistema de crédito carente segundo todos os fundamentos reais. A concorrência acabou em uma luta renhida que agora nos é construída e louvada como se fosse uma mudança de importância histórica mundial, como a geradora dos resultados e das conquistas mais formidáveis.

E para dignificar de forma correta essa charlatanaria de feira livre filosófica – que desperta até mesmo no peito do mais honesto cidadão alemão um sentimento nacional benfazejo –, a fim de tornar visível essa mesquinhez e a parvoíce local de todo esse movimento jovem hegeliano, no objetivo de demonstrar, sobretudo o contraste tragicômico entre o desempenho real desses heróis e as ilusões acerca desse desempenho, é necessário olhar todo esse espetáculo a partir de um ponto de vista que se localiza fora das fronteiras da Alemanha.

[Riscado no manuscrito: Por isso antecipamos à crítica especial dos representantes individuais desse movimento algumas considerações de caráter geral I. Essas observações haverão de ser suficientes para descrever o ponto de vista de nossa crítica, pelo menos na medida em que ele se mostra necessário para a compreensão e a fundamentação das críticas individuais que seguem. Nós fazemos essa observação especialmente no que diz respeito a *Feuerbach*, porque ele é

³ Literalmente, "cabeça morta"; expressão usada na química para descrever o resíduo de uma destilação; aqui: "resíduos", "restos" (N.E.A.) As notas de rodapé da edição original alemã, que dão conta sobretudo das expressões estrangeiras usadas em profusão por Marx e Engels, mas também das diferenças entre a edição usada e a edição da MEGA (*Marx-Engels Gesamtausgabe*), serão assinaladas com a abreviação N.E.A. No trecho, a ironia dos autores continua, e compara o processo filosófico alemão a um processo químico, sobretudo através da palavra "ligação". (N.T.)

o único que pelo menos fez um progresso e cujas considerações podem ser abordadas de *bonne foi*⁴,⁵ que iluminarão mais de perto os pressupostos ideológicos comuns a todos eles.

1. A ideologia em geral, em especial a filosofia alemã

Nós conhecemos uma única ciência, a ciência da história.⁶ A história pode ser contemplada de dois lados, dividida na história da natureza e na história dos homens. Os dois lados não podem ser divididos; enquanto existem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionam mutuamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; já no que tange à história dos homens, nós teremos de encará-la de perto na presente obra, uma vez que a ideologia inteira se reduz ou a uma compreensão invertida dessa história ou à abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história.]]

A. A ideologia em geral, e a alemã em particular

A crítica alemã até em seus mais novos esforços não abandonou o terreno da filosofia. Bem longe de investigar seus pressupostos gerais-filosóficos, o conjunto de suas perguntas inclusive cresceu sobre o chão de um único e determinado sistema filosófico, o hegeliano. Não apenas em suas respostas, já nas próprias perguntas jazia uma mistificação. Essa dependência de Hegel é o motivo pelo qual nenhum desses novos críticos sequer tentou uma crítica abrangente do sistema hegeliano, por mais que todos eles afirmem ter superado Hegel. Suas polêmicas contra Hegel e as polêmicas de uns contra os outros limitam-se ao fato de cada um deles extrair um lado do sistema hegeliano e voltar esse lado tanto contra o sistema inteiro quanto contra os lados extraídos e analisados pelos outros. No

⁴ De boa-fé. (N.E.A.) Repetindo: o original apresenta as expressões latinas, francesas ou de outras línguas sem qualquer destaque – demonstrando a naturalidade com que Marx e Engels as usavam – e a edição alemã as traduz. Aqui, serão apresentadas as traduções da edição alemã, excetuados os momentos em que uma expressão se repetir várias vezes ou for de compreensão absolutamente fácil (conforme acontece com algumas expressões francesas). O itálico das expressões estrangeiras na edição brasileira é norma editorial e ademais tenta dar conta da diferenciação presente no original, visível pelo fato de no alemão os substantivos serem escritos com letra inicial maiúscula. (N.T.)

⁵ O texto entre traços verticais foi riscado horizontalmente no original. (N.E.A.)

⁶ Atenção ao caráter taxativo da afirmação, que denota toda a importância que sobretudo Marx dava à história. (N.T.)

começo eram extraídas categorias hegelianas puras e não falsificadas, como substância e autoconsciência (*Substanz und Selbstbewusstsein*), mais tarde essas categorias foram profanadas por nomes mais mundanos, como gênero (*Gattung*), o Único (*Einzig*), o homem etc.

Toda a crítica filosófica alemã de Strauß a Stirner se limita à crítica das noções religiosas. [Riscado no manuscrito: que se apresentou com a reivindicação de ser a salvadora absoluta do mundo e de livrá-lo de todos os males. A religião foi vista e tratada como o motivo último das relações repugnantes a todos esses filósofos, como arquiinimiga.] Partiu-se da religião real e da teologia factual (*wirkliche Religion und eigentliche Theologie*). O que seria consciência religiosa, noção religiosa, foi identificado de maneira diferente no processo conseqüente. O progresso consistiu no fato de subsumir também as noções metafísicas, políticas, jurídicas, morais e outras, que eram pretensamente dominantes, sob a esfera das noções religiosas ou teológicas; e da mesma forma esclarecer a consciência política, jurídica e moral como consciência religiosa ou teológica e o homem político, jurídico e moral, em última instância “o homem”, como religioso. O império da religião foi estabelecido na condição de pressuposto. Pouco a pouco, cada relação reinante foi esclarecida como sendo uma relação da religião e transformada em culto, culto do direito, culto do Estado e assim por diante. Por todos os lugares o que havia era o dogma e a crença no dogma. O mundo foi cano-nizado em uma expansão sempre maior, até que enfim o venerável São Max⁷ pôde declará-lo santo em bloco e com isso despachá-lo por inteiro de uma vez por todas.

Os hegelianos antigos *compreenderam*⁸ tudo, contanto que tivesse sido atribuído a uma categoria lógica hegeliana. Os jovens hegelianos *criticaram* tudo, ao lhe imputar noções religiosas ou esclarecê-lo como sendo teológico. Os jovens hegelianos concordam com os antigos hegelianos no que diz respeito à crença no império da religião, dos conceitos, do caráter universal no mundo vigente. Só que alguns combateram o império como se fosse uma usurpação que os outros festejavam como legítima.

Uma vez que nesses jovens hegelianos as noções, pensamentos, concei-tos e de maneira geral os produtos da consciência por eles mesmos auto-nomizada são tidos como os autênticos grilhões dos homens – exatamente

como entre os hegelianos antigos eles são esclarecidos como sendo os ver-dadeiros elos da sociedade humana –, assim também se compreende que os jovens hegelianos só têm a lutar exclusivamente contra essas ilusões da consciência. Uma vez que, segundo sua fantasia, as relações entre os ho-mens, todo o seu fazer e haver, seus grilhões e barreiras são produtos de sua consciência, assim, conseqüentemente, os jovens hegelianos estabele-cem seu postulado moral de trocar sua consciência presente pela consciên-cia humana, crítica ou egoísta, e através disso eliminar suas barreiras. Essa exigência de mudar a consciência acaba na exigência de interpretar o vi-gente de outra maneira, quer dizer, em reconhecê-lo por meio de uma ou-tra interpretação. Os jovens ideólogos hegelianos são, apesar de suas frases feitas pretensamente “abaladoras do mundo”, os maiores conservadores. Os mais jovens entre eles acharam a expressão certa para sua atividade, quan-do afirmam que lutam apenas contra “frases feitas”. Eles apenas esquecem que eles também não fazem mais do que simplesmente opor frases feitas a essas frases feitas, e que não combatem, de maneira nenhuma, o mundo real vigente ao combater apenas as frases feitas desse mundo. Os únicos resultados aos quais essa crítica filosófica pôde chegar foram alguns – e ainda por cima unilaterais – esclarecimentos histórico-religiosos acerca do cristianismo; todas as suas demais afirmativas são apenas enfeites acres-cidos de sua pretensão de ter fornecido descobertas de importância histó-rica mundial com os esclarecimentos insignificantes que ofereceram.

A nenhum desses filósofos ocorreu a idéia de perguntar acerca da rela-ção existente entre a filosofia alemã e a realidade alemã, da relação da crí-tica que fazem com seu próprio ambiente material.

Os pressupostos com os quais começamos não são dogmas arbitrários, não são nem dogmas, são pressupostos reais, dos quais se pode abstrair apenas na imaginação. Eles são os indivíduos reais, sua ação e suas condi-ções materiais de vida, tanto as encontradas quanto as produzidas através de sua própria ação. Esses pressupostos são constatáveis, portanto, através de um caminho puramente empírico.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. [Riscado no manuscrito: O primeiro ato histórico desses indivíduos, através do qual eles se diferenciam dos animais, não é o fato de eles pensarem, mas sim o de eles começarem a *produzir seus vive-*

⁷ Max Stirner, claro. (N.T.)

⁸ O uso do itálico em Marx e Engels é carregado de sentido e muitas vezes irônico; sempre reforça e chama a atenção para a argumentação. (N.T.)

res (*Lebensmittel*).⁹] O primeiro fato situacional a ser constatado é, portanto, a organização corporal desses indivíduos e sua relação com o restante da natureza, resultante dessa mesma organização. Aqui, naturalmente não poderemos abordar nem a constituição física do homem em si nem as condições naturais, geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras condições que os homens encontraram no mundo. [Riscado no manuscrito: Mas essas condições implicam não apenas a organização original e naturalística dos homens, em particular as diferenças entre as raças, mas também todo o seu desenvolvimento ou seu não-desenvolvimento sucessivo até os dias de hoje.] Toda a historiografia tem de começar a partir desses fundamentos naturais e de sua modificação através da ação dos homens no decorrer da história.

Pode-se diferenciar os homens dos animais através da consciência, através da religião, através do que se quiser. Eles mesmos começam a se diferenciar dos animais quando começam a *produzir* seus víveres, um passo que é condicionado pela sua organização corporal. Ao passo que produzem seus víveres (*Lebensmittel*), os homens também produzem indiretamente sua vida material (*materielles Leben*).

O modo através do qual os homens produzem seus víveres depende, em primeira mão, da própria constituição dos víveres encontrados na natureza e daqueles a serem produzidos. Esse modo da produção (*Weise der Produktion*) não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, uma *forma de vida* determinada do mesmo. Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são, coincide com sua produção, tanto com o que eles produzem, quanto com o *como* eles o produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Essa produção passa a ocorrer apenas com o *aumento da população*. É ela que volta a pressupor um *intercâmbio* (*Verkehr*)¹⁰ entre os indivíduos. A forma desse intercâmbio é mais uma vez condicionada pela produção.

⁹ Marx e Engels muitas vezes usam as palavras segundo a concretude de sua origem etimológica. A palavra *Lebensmittel* – literalmente, “meios de vida” – normalmente é traduzida por “gêneros alimentícios”, “mantimentos”; apenas “víveres”, no entanto, atinge mais de perto seu significado etimológico. (N.T.)

¹⁰ *Verkehr* significa tanto “trânsito” (no sentido automobilístico ou mercadológico) quanto “relação” (inclusive no sentido sexual). Em *A ideologia alemã* a palavra tem um significado assaz abrangente e chega a incluir o trânsito, a relação material e espiritual entre indivíduos tanto tomados individualmente quanto entre grupos sociais e até mesmo países inteiros. Ao

As relações (*Beziehungen*) entre diferentes nações dependem de como cada uma delas desenvolveu suas forças de produção, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno. Essa sentença é reconhecida e aceita de maneira geral. Mas não apenas a relação de uma nação com outras, porém até mesmo toda a estrutura interna dessa nação, depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. Em que pé as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de modo mais visível pelo grau em que a divisão do trabalho está desenvolvida. Cada nova força de produção, na medida em que não for a mera expansão quantitativa de forças de produção até então conhecidas (por exemplo o arroteamento de terras), tem por consequência a nova formação da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, no princípio, à divisão do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e com isso à divisão entre *cidade* e *campo* e à oposição entre o interesse de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à divisão entre trabalho comercial e industrial. Ao mesmo tempo se desenvolvem sempre, através da divisão de trabalho no interior desses diferentes setores, diferentes seções entre os indivíduos atuando em conjunto em um determinado trabalho. A posição dessas seções individuais umas contra as outras é condicionada pelo modo de operação do trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classe). As mesmas condições (*Verhältnisse*) mostram-se, em caso de intercâmbio (*Verkehr*) desenvolvido, nas relações (*Beziehungen*) de diferentes nações umas com as outras.

Os diferentes estágios de desenvolvimento da divisão de trabalho são, da mesma maneira, diferentes formas da propriedade; quer dizer, o estágio da divisão do trabalho em cada uma das fases determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho.

final das contas, o objetivo de Marx e Engels é mostrar que o trânsito material – as relações materiais –, e sobretudo as relações entre os homens no processo de produção, são a base de todas as outras relações humanas. Logo a seguir Marx fala de *Beziehungen* (relações) entre diferentes nações. É mais adiante inclusive de *Verhältnisse*, palavra que pode significar tanto “condições” quanto, também e mais uma vez, “relações”; mais adiante ainda aparece *Zusammenhang*, que também significa “relação”, mas também “nexo” ou “contexto”. Até para diferenciar *Verkehr* de *Beziehung*, de *Verhältnis* e de *Zusammenhang*, sobretudo quando os conceitos aparecem juntos, uso – no mais das vezes – “intercâmbio” para traduzir *Verkehr*, até porque a palavra abrange, ou pode abranger, tanto as relações humanas quanto as comerciais. Mais sobre o conceito no “Prefácio”, subtítulo “Nota à tradução”. (N.T.)

A primeira forma da propriedade é a propriedade tribal (*Stammeigentum*).¹¹ Ela corresponde ao estágio não desenvolvido da produção em que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de animais ou, no máximo, da agricultura. No último dos casos ela pressupõe uma grande massa de terras. A divisão do trabalho nesse estágio é, ainda, bem pouco desenvolvida e se limita a uma expansão da divisão natural do trabalho já existente na família: chefes de tribo patriarcais, abaixo deles os membros da tribo e por fim escravos. A escravidão latente na família só se desenvolve aos poucos com o aumento da população e das necessidades, e com a expansão do intercâmbio externo, tanto através da guerra quanto do comércio.

A segunda forma é a propriedade estatal ou comunitária da Antiguidade, que resulta da unificação entre mais de uma tribo em uma cidade através de contrato ou conquista, e na qual a escravidão continua existindo. Ao lado da propriedade comunitária já se desenvolve a propriedade privada móvel e mais tarde a propriedade privada imóvel, mas na condição de forma anômala e subordinada à propriedade comunitária. Em sua comunidade os cidadãos apenas possuem o poder sobre seus escravos trabalhadores e tão-somente por isso estão presos à forma da propriedade comunitária. A propriedade comunitária é a propriedade privada comunitária dos cidadãos ativos, que são obrigados a permanecer nessa forma natural da associação no que diz respeito aos escravos. Por isso a estrutura da sociedade que tem por base esse tipo de propriedade entra em decadência e com ela entra em decadência o poder do povo, no mesmo grau em que se desenvolve a propriedade privada imóvel em particular. A divisão do trabalho já está mais desenvolvida. Já podemos encontrar o antagonismo entre cidade e campo, e mais tarde o antagonismo entre Estados que representam os interesses da cidade e aqueles que representam os interesses do campo; e no interior das próprias cidades o antagonismo entre comércio industrial e marítimo. A relação de classes entre cidadãos e escravos já se desenvolveu de maneira completa.

¹¹ No século XIX, o papel do termo *Stamm* (tribo, cepa, clã, tronco, linhagem) era fundamental (hoje em dia, século XXI, ele volta a ser importante com a "problematização" das relações entre Ocidente e Oriente). No século XIX, *Stamm* designava uma comunidade de pessoas que descendia (do verbo *abstammen*) de um único ascendente. Lewis Henry Morgan caracterizou com precisão a envoltura do termo em sua obra *Ancien Society; or, Researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization*, publicado em Londres no ano de 1877. (N.T.)

Toda essa compreensão da história parece se opor ao fato das conquistas. Até hoje a violência, a guerra, o saque, o assassinio seguido de roubo e assim por diante foram transformados em força motriz da história. Nós podemos nos limitar aqui apenas aos pontos principais, e por isso tomamos como exemplo apenas aquele que é mais chocante,¹² a destruição de uma velha civilização por um povo bárbaro e a reestruturação da sociedade que vem a seguir e passa a se formar a partir do princípio (Roma e os bárbaros, feudalismo e Gália, Reino romano do Oriente e turcos). Entre os povos bárbaros conquistadores a própria guerra é, conforme já foi sugerido anteriormente, uma forma de intercâmbio (*Verkehrsform*)¹³ regular, que é explorada tanto mais assiduamente quanto mais o crescimento da população no modo de produção (*Produktionsweise*) tradicional e bruto, que é o único possível para ela, necessitar de modernos meios de produção. Na Itália, ao contrário, devido à concentração de terras (ocasionada, além da compra e do endividamento, também pela herança, na medida em que, em virtude da grande devassidão e dos raros casamentos, as velhas linhagens se extinguíram aos poucos e suas posses couberam a poucos) e à transformação das mesmas em pastagens de gado (que foi ocasionada, além dos motivos econômicos comuns, ainda hoje válidos, pela importação de cereais roubados e tributados e pela conseqüente falta de consumidores para o grão italiano), a população livre quase havia desaparecido, os próprios escravos voltavam a morrer sempre de novo e tinham de ser substituídos por outros. A escravidão permaneceu sendo a base de toda a produção. Os plebeus, que se situavam entre livres e escravos, jamais superaram a condição de lumpemproletariado. E, ademais, Roma como um todo jamais superou a condição de cidade, e esteve sempre em um nexo quase apenas político com as províncias, que naturalmente também podia ser interrompido através de acontecimentos políticos.

Com o desenvolvimento da propriedade privada voltam a ocorrer ali, por primeiro e sempre de novo, as mesmas relações que voltaremos a encontrar na propriedade privada moderna, mas aqui em escala expandida. De um lado a concentração da propriedade privada, que em Roma começou bem cedo (prova: a lei agrícola de Licínio),¹⁴ desde as guerras civis e

¹² MEGA: chocante. (N.E.A.) Em vez de "mais chocante". (N.T.)

¹³ Ver mais em "Nota à tradução", no "Prefácio". (N.T.)

¹⁴ Referência à lei agrícola dos tribunos romanos Licínio e Sexto, que entrou em vigor no ano 367 a.C. em razão da luta dos plebeus contra os patrícios. Segundo a lei, um cidadão

principalmente sob o reinado dos imperadores aumentou assaz rapidamente; por outro lado, e em conexão com isso, a transformação dos pequenos agricultores da plebe em um proletariado que, ainda assim, não chegou a um desenvolvimento autônomo em sua posição média entre cidadãos proprietários e escravos.

A terceira forma é a propriedade feudal ou estamental (*feudale oder ständische Eigentum*). Se a Antiguidade baseou-se na cidade e em sua pequena área, a idade medieval baseou-se no campo. A população rala, mas espalhada por uma grande superfície de terra, que não teve grande crescimento com a chegada dos conquistadores, condicionou essa base modificada. Ao contrário do que aconteceu na Grécia e em Roma, o desenvolvimento feudal começa, por isso, a partir de um terreno bem mais expandido pelas conquistas romanas e a difusão da agricultura a ela vinculada no princípio. Os últimos séculos do império romano decadente, e mesmo sua conquista através dos bárbaros, destruíram uma massa de forças de produção; a agricultura havia diminuído, a indústria decaíra devido à falta de vendas. O comércio adormecera ou fora interrompido com violência, a população da cidade e do campo havia diminuído. Essas relações e o modo de organização da conquista condicionado por essas relações desenvolveram a propriedade feudal sob a influência da constituição militar germânica. A propriedade feudal, assim como a propriedade comunitária e tribal, mais uma vez se baseia em uma essência comunitária à qual não mais se confrontam os escravos, como no caso da antiga, mas sim os pequenos camponeses servís na condição de classe imediatamente produtora. Ao mesmo tempo, com a formação completa do feudalismo, surge também a oposição às cidades. A estrutura hierárquica da posse da terra e as vassalagens armadas, intimamente ligadas a ela, davam à nobreza o poder sobre os servos. Essa estrutura feudal era, assim como a propriedade comunitária antiga, uma associação oposta à classe dominada e produtora; apenas a forma da associação e a relação com os produtores imediatos eram diferentes, porque existiam diferentes condições de produção.

A essa estrutura feudal da posse das terras correspondia, nas cidades, a propriedade corporativa, a organização feudal da manufatura. A propriedade consistia, ali, sobretudo no trabalho de cada indivíduo. A necessidade da associação (*Assoziation*) contra a nobreza de rapina associada (*assoziier-*

romano não deveria tomar da propriedade do Estado mais de 500 *jugera* (cerca de 125 hectares) por sua posse. Depois do ano 367 as exigências dos plebeus foram satisfeitas com terras conquistadas em guerras. (N.T.)

ten Raubadel), a carência de mercados comuns em uma época na qual o industrial era ao mesmo tempo comerciante, a concorrência crescente dos servos fugidos que afluíam cada vez mais às cidades florescentes, a estrutura feudal do país inteiro levaram às corporações; os pequenos capitais de artesãos individuais, economizados aos poucos, e seu número estável em uma população crescente desenvolveram as relações entre artífices e aprendizes, coisa que trouxe às cidades uma hierarquia semelhante à existente no campo.

Portanto, a propriedade principal era constituída, durante a época feudal, pela propriedade da terra e pelo trabalho servil a ela acorrentado por um lado, e por outro lado pelo trabalho próprio com pequeno capital, que controlava o trabalho dos artífices. A estrutura de ambos era condicionada pelas tolas relações de produção (*Produktionsverhältnisse*); a cultura da terra bruta e reduzida e a indústria manufaturada. A divisão do trabalho na florescência do feudalismo praticamente não ocorreu. Cada país tinha dentro de si o antagonismo entre cidade e campo; a estrutura dos estamentos era, em todo caso, fortemente desenvolvida; mas além da separação entre príncipes, nobres, clero e camponeses no campo, e entre mestres, artífices, aprendizes e em pouco também o populacho diarista nas cidades, não houve divisão significativa. Na agricultura ela era dificultada pelo cultivo parcializado, ao lado do qual a própria indústria caseira dos camponeses nasceu; na própria indústria o trabalho nas manufaturas individuais nem sequer era dividido, e entre as indústrias ele era bem pouco dividido. A divisão entre indústria e comércio podia ser encontrada em cidades mais velhas, e nas novas se desenvolveu apenas bem tarde, quando as cidades passaram a se relacionar comercialmente umas com as outras.

O agrupamento de territórios importantes para formar reinos feudais era uma necessidade, tanto para a nobreza proprietária de terras como para as cidades. A organização da classe dominante, da nobreza, tinha em toda parte, por isso, um monarca à cabeça.

O fato é o seguinte, portanto: determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos tomados não conforme possam se apresentar ante a imaginação

própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de seu arbítrio.

[[Riscado no manuscrito: As noções que esses indivíduos formam para si mesmos são ou as noções de sua relação com a natureza, ou as noções de suas relações entre si, ou ainda as noções acerca do que eles mesmos são. É óbvio que, em todos estes casos, as referidas noções são uma expressão consciente – efetiva e ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seus contatos, de sua organização social e política. Admitir o contrário só seria possível no caso de, além do espírito dos indivíduos efetivos e materialmente condicionados, poder-se pressupor algum espírito especial à parte. Se a expressão consciente das verdadeiras relações destes indivíduos é ilusória, se estes últimos põem sua realidade de ponta-cabeça em suas noções, isso também é consequência da limitação do modo de sua atividade material e de suas relações sociais, que se desprendem dele.]]

A produção das idéias, das representações, da consciência é, ao princípio, entrelaçada sem mediações com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, a linguagem da vida real. A formação das idéias, o pensar, a circulação espiritual entre os homens ainda se apresentam nesse caso como emanação direta de seu comportamento material. Vale o mesmo para a produção espiritual, conforme esta se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, idéias e assim por diante, mas apenas os homens reais e ativos, conforme são condicionados através de um desenvolvimento determinado de suas forças de produção e pela circulação correspondente às mesmas, até chegar a suas formações mais distantes. A consciência (*Bewusstsein*) não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente (*bewusstes Sein*), e o ser dos homens é um processo de vida real. Se em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecerem invertidos como em uma câmara obscura, este fenômeno provém igualmente de seu processo histórico de vida, assim como a inversão dos objetos ao se projetarem sobre a retina provém de seu processo diretamente físico.

Bem ao contrário do que acontece com a filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se sobe da terra para o céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, óu engendram mentalmente, tampouco do homem dito, pensado, imaginado ou engendrado mental-

mente para daí chegar ao homem em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e de seu processo de vida real para daí chegar ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e aos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas que se condensam no cérebro dos homens são sublimações necessárias de seu processo material de vida, processo empiricamente registrável e ligado a condições materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas possam corresponder não continuam mantendo, assim, por mais tempo, a aparência de sua própria autonomia. Elas não têm história, elas não têm um desenvolvimento próprio delas, mas os homens que desenvolvem sua produção material e sua circulação material trocam também, ao trocar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência quem determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Já no primeiro ponto de vista, parte-se da consciência como se esta fosse um indivíduo vivo; a partir do segundo ponto de vista, que é o correspondente à vida real, parte-se do mesmo indivíduo real e vivo e se considera a consciência como sendo somente *sua* consciência.

E esse modo de considerar as coisas não é isento de premissas. Ele parte das condições reais e não as perde de vista nem mesmo por um momento que seja. Suas premissas são os homens, mas não tomados em algum isolamento ou rigidez fantástica qualquer, mas sim em um processo de desenvolvimento real e empiricamente registrável, sob a ação de determinadas condições. E tão logo se expõe esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como continua sendo mesmo entre os empiristas abstratos,¹⁵ ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como é para os idealistas.

Ali onde termina a especulação, quer dizer na vida real, começa também a ciência real e positiva, portanto, a representação da ação prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As frases feitas acerca da consciência acabam, e o saber real passa a ocupar seu lugar. A filosofia independente perde, com a exposição da realidade, o meio em que pode existir. No lugar dela pode aparecer no máximo um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvi-

¹⁵ Ou empiristas idealistas, entre os quais podem ser citados Berkeley, Hume, Mach e Bogdanov, que negam, ao contrário dos empiristas materialistas (Bacon, Hobbes, Locke e os materialistas franceses do século XVIII, por exemplo), que a natureza é a origem da experiência. (N.T.)

mento histórico dos homens. Essas abstrações não têm em si, separadas da história real, nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar o ordenamento do material histórico, para indicar a sucessão de seus diferentes estratos. Mas não oferecem, de maneira alguma, como a filosofia o faz, receita ou esquema através dos quais as épocas históricas possam ser apoiadas e compreendidas. A dificuldade começa, ao contrário, ali onde se aborda a consideração e o ordenamento do material, seja de uma época passada ou do presente, onde se principia a exposição real das coisas. A eliminação destas dificuldades está condicionada a premissas que de modo algum podem ser dadas aqui, pois derivam sempre do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos em cada época. Destacaremos aqui algumas destas abstrações, a fim de opô-las à ideologia, ilustrando-as com alguns exemplos históricos.

[1.] História

No que diz respeito aos alemães, isentos de qualquer premissa, devemos começar constatando que a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto também de toda a história, é a premissa de que os homens, para "fazer história", se achem em condições de poder viver.¹⁶ Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios, tem de ser cumprida todos os dias e a todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens. Mesmo quando a vida dos sentidos, como acontece em São Bruno, é reduzida a um cajado,¹⁷ quer dizer, ao mínimo, esse mínimo pressuporá sempre, necessariamente, a produção do dito cajado. A primeira coisa em toda a concepção histórica é, portanto, observar este fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance, e colocá-lo no lugar que lhe corresponde. E isso os alemães, conforme se sabe, jamais fizeram, razão pela qual jamais tiveram uma base *terrena* para a história nem, por consequência, um historiador. Os franceses e os ingleses, mesmo quando

¹⁶ Anotação à margem, de Marx: *Hegel. Geológica, hidrográfica etc. Relações. Os corpos humanos. Necessidades, trabalho.* (N.E.A.)

¹⁷ Ironia a uma expressão – assaz humilde – das necessidades de Bruno Bauer, referidas no texto "Característica de Ludwig Feuerbach" (*Wigand's Vierteljahrsschrift*, 1845, t. III, p. 130). (N.T.)

conceberam de um modo extraordinariamente unilateral o apanhado desses fatos com a chamada história, sobretudo os que se viram prisioneiros da ideologia política, fizeram, ainda assim, as primeiras tentativas no sentido de dar à historiografia uma base material, ao escrever as primeiras histórias da sociedade civil, do comércio e da indústria.

A segunda coisa é que, satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e a aquisição do instrumento necessário para tanto conduzem a novas necessidades – e esta criação de novas necessidades constitui o primeiro fato histórico. E isso mostra, imediatamente, de quem a grande sabedoria histórica dos alemães é filha, alemães que, quando lhes falta o material positivo e quando não se trata de necessidades políticas, nem teológicas, nem literárias, não nos oferecem nenhum tipo de história, mas sim fazem desfilar diante de nós os "tempos pré-históricos", contudo sem se deterem a nos explicar como se passa deste absurdo da "Pré-história" para a História em sentido próprio, ainda que seja evidente, por outra parte, que suas especulações históricas se lançam com especial fruição a esta "Pré-história", porque nesse terreno eles crêem se achar a salvo da ingerência dos "toscos fatos" e, ao mesmo tempo, porque ali podem dar rédeas soltas a seus impulsos especulativos e gerar e derrubar por terra milhares de hipóteses.

A terceira relação, que desde o princípio intervém no desenvolvimento histórico, é a de que os homens que renovam diariamente sua própria vida, começam ao mesmo tempo a fazer outros homens, a se reproduzir – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. Esta família, que no princípio constitui a única relação social, mais tarde, quando as necessidades, ao se multiplicarem, criam novas relações sociais e o número aumentado dos homens cria novas necessidades, passa a ser (salvo na Alemanha) uma relação secundária que tem, portanto, de ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não se ajustando ao "conceito da família", conforme costuma se fazer na Alemanha.¹⁸ Ademais, estes

¹⁸ A construção de casas. Entre os selvagens compreende-se por si mesmo que cada família tem sua própria caverna ou sua própria cabana, assim como entrê os nômades a tenda exclusiva de cada família. Essa economia caseira separada torna-se apenas mais necessária com o desenvolvimento posterior da propriedade privada. Entre os povos agrícolas a economia caseira conjunta é tão impossível quanto a cultura do solo conjunta. A construção das cidades representou um grande progresso. Em todos os períodos históricos que tivemos até agora a suspensão da economia segregada, que não pode ser separada da superação da propriedade privada, já se mostrou impossível pelo simples fato de que as condições materiais para tanto não estavam dadas. A instalação de uma economia caseira conjunta pressupõe o de-

três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três estágios distintos, mas sim justamente apenas como três aspectos ou, para dizê-lo de modo mais compreensível aos alemães, como três “momentos”, que coexistiram desde o princípio da história e desde o primeiro homem, e que até hoje seguem se mostrando válidos na história.

A produção da vida, tanto da própria vida no trabalho quanto da vida estranha na procriação, parece já se mostrar desde logo na condição de relação dupla – de um lado, como uma relação natural, e de outro como uma relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de diversos indivíduos, quaisquer que sejam suas condições, de qualquer modo e para qualquer fim. Disso se pode deduzir que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre unidos a um determinado modo de cooperação ou a um determinado estágio social – modo de cooperação que é, por sua vez, uma “força produtiva” –, que a soma das forças de produção acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e do intercâmbio. Mas também é claro que na Alemanha é impossível escrever esse tipo de história, uma vez que os alemães carecem não apenas da capacidade de concepção e do material necessários, mas também da “certeza” adquirida através dos sentidos; também é claro que do outro lado do Reno¹⁹ não é possível reunir experiências, pela simples razão de que ali não ocorre história alguma. Já se mostra de antemão, portanto, uma conexão materialista dos homens entre si, que é condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção e é tão velha quanto os próprios homens – uma conexão que sempre volta a assumir novas formas, e portanto apresenta uma “história”, mesmo sem que exista qualquer *nonsense* político ou religioso que mantenha os homens unidos de maneira especial.

envolvimento das maquinarias, do uso das forças naturais e de muitas outras forças produtivas – por exemplo, da água encanada, da iluminação a gás, do aquecimento a vapor etc., suspensão [da oposição] entre cidade e campo. Sem essas condições a economia conjunta não voltaria a ser ela mesma uma nova força de produção, prescindindo de toda a base material, repousando sobre um fundamento meramente teórico, quer dizer, seria um simples capricho e alcançaria no máximo a condição de uma economia de mosteiro... O que era possível, mostra-se no ajuntamento que deu origem às cidades e na construção de casas conjuntas para fins determinados e individuais (prisões, casernas e assim por diante). Que a suspensão da economia segregada não pode ser separada da suspensão da família é compreensível por si mesmo. (N.A.)

¹⁹ O outro lado do Reno é, ainda, a Alemanha. Marx e Engels estão em Paris na época da escritura de *A ideologia alemã*. (N.T.)

Somente agora, depois de termos considerado quatro momentos, quatro aspectos das relações originárias históricas, nos damos conta de que o homem tem também “consciência”.²⁰ Mas também esta não é, desde o princípio, uma consciência “pura”. O “espírito” já carrega de antemão consigo a maldição de estar “acometido” pela matéria, que aqui se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em uma palavra, sob a forma da linguagem. A linguagem é tão velha quanto a consciência: a linguagem é a consciência prática, a consciência real, que existe também para os outros homens e que, portanto, começa a existir também para mim mesmo; e a linguagem nasce, assim como a consciência, da necessidade, da carência de intercâmbio com os demais homens. [[Riscado no manuscrito: Minha relação com meu ambiente é minha consciência.]] Onde existe uma relação, ali ela existe para mim; o animal não se “comporta” em relação a nada e de maneira nenhuma. Para o animal sua relação com os outros não existe na condição de relação. A consciência é, portanto, já de antemão um produto social, e o seguirá sendo enquanto existirem seres humanos. A consciência é, em princípio, naturalmente, consciência do mundo *imediatamente* e sensível que nos rodeia, e consciência dos nexos limitados com outras pessoas e coisas, fora do indivíduo consciente de si mesmo; e é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, que no princípio se confronta com o homem como um poder absolutamente estranho, onipotente e inexpugnável, diante do qual a atitude dos homens é puramente animal e ao qual se submetem como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural).

Vê-se logo, aqui: essa religião natural ou esse comportamento determinado para com a natureza é condicionado pela forma societária e vice-versa. Aqui, como em toda parte, a identidade entre a natureza e o homem se manifesta também de tal modo que a atitude limitada dos homens para com a natureza condiciona a atitude limitada de uns homens para com os outros, e esta, por sua vez, determina sua atitude limitada para com a natureza, precisamente porque a natureza ainda mal chegou a sofrer alguma modificação histórica e, por outro lado, a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos circundantes é o começo da consciência de que o homem vive, em geral, dentro de uma sociedade. Este

²⁰ Os homens têm história, porque eles têm de *produzir* sua vida, e têm de produzi-la de determinada maneira; isso é [MEGA: tem de ser] dado por sua organização corporal; e o mesmo acontece com sua consciência. (N.A.)

começo é algo tão animal quanto a própria vida social, nesta fase; é, simplesmente, uma consciência gregária, e, neste ponto, o homem somente se distingue do carneiro pelo simples fato de que sua consciência substitui o instinto ou seu instinto é um instinto consciente. Essa consciência de rebanho ou tribal se desenvolve e se aperfeiçoa mais tarde, ao aumentar a produtividade, ao se incrementarem as necessidades, e com a multiplicação da população, que é o fato sobre o qual repousam os dois anteriores. Assim se desenvolve a divisão do trabalho, que na origem nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual, para depois virar uma divisão do trabalho espontânea ou introduzida de um modo "natural", contemplando os dotes físicos (por exemplo a força corporal), as necessidades, as coincidências fortuitas etc. etc. A divisão do trabalho só se converte em verdadeira divisão a partir do momento em que se separam os trabalhos material e espiritual.²¹ A partir deste momento, a consciência já *pode* imaginar realmente que é algo mais e algo distinto da práxis vigente, pode *realmente* representar alguma coisa sem representar algo real – a partir deste momento a consciência se acha em condições de se emancipar do mundo e de se entregar à criação da teoria "pura", da teologia "pura", da filosofia "pura", da moral "pura" etc. Mas mesmo quando esta teoria, esta teologia, esta filosofia, esta moral etc. se achem em contradição com as relações vigentes, isso só poderá ser explicado pelo fato de que as relações sociais vigentes se acham, de sua parte, em contradição com a força produtiva dominante, coisa que, ademais, dentro de um determinado círculo nacional de relações poderá suceder também porque a contradição não se dá no seio desta órbita nacional, mas sim entre esta consciência nacional e a prática de outras nações,²² quer dizer, entre a consciência nacional e universal de uma nação.

Ademais, é de todo indiferente o que a consciência empreenda *solita*,²³ pois de toda esta sujeira só obteremos um resultado, qual seja o de que estes três momentos, a força produtiva, o estado social e a consciência, podem e devem necessariamente entrar em contradição entre si, já que, com a *divisão do trabalho*, está dada a possibilidade, e inclusive a realidade,

²¹ Anotação à margem, de Marx: Coincide com eles a primeira forma dos ideólogos, os *padres*. (N.E.A.)

²² Anotação à margem, de Marx: Religião. Os alemães com a *Ideologia* como tal. (N.E.A.)

²³ Os autores usam – e não apenas aqui – uma versão dialetizada de *allein* (só, sozinho), qual seja: *alleene*; daí, a opção pelo falar regionalista do sul do Brasil na tradução do verbete. (N.T.)

de que as atividades espirituais e materiais – o desfrute e o trabalho, produção e consumo – caibam a diferentes indivíduos; e a possibilidade de que não entrem em disputa reside somente no fato de que se volte a suprasumir a divisão do trabalho. Se compreende por si mesmo, ademais, que os "fantasmas", os "nexos", os "seres superiores", os "conceitos", as "dúvidas" não são mais do que a expressão espiritual puramente idealista, a idéia do indivíduo imaginariamente isolado, a representação de grilhões e limites assaz empíricos, dentro dos quais se move o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ele adequada.

Com a divisão do trabalho, que traz consigo todas essas contradições e que repousa, de seu lado, sobre a divisão natural do trabalho no seio da família e na divisão da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, acontece, ao mesmo tempo, a *distribuição* e, além disso, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa do trabalho e de seus produtos, a propriedade, portanto, cujo primeiro germen, cuja forma inicial está contida já na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravidão latente na família, de todos os modos bem rudimentar, por certo, é a primeira forma de propriedade, que, contudo, já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o direito de dispor da força de trabalho de outros. Ademais, divisão do trabalho e propriedade privada são termos idênticos – um deles diz, referido à atividade, o mesmo que o outro diz referido ao produto desta.

Além disso, com a divisão do trabalho está dada, ao mesmo tempo, a contradição entre o interesse do indivíduo na condição de indivíduo ou da família individual e o interesse comum de todos os indivíduos relacionados entre si; e esse interesse comum não existe, com certeza, apenas na idéia, como algo "universal", mas se apresenta na realidade, antes de tudo, como uma relação de mútua dependência dos indivíduos entre os quais aparece dividido o trabalho.

E, por fim, a divisão do trabalho nos oferece, desde logo, o primeiro exemplo disso, quer dizer, enquanto os homens vivem na sociedade formada espontaneamente, enquanto se dá, portanto, uma separação entre o interesse particular e o interesse geral, enquanto as atividades não aparecem divididas voluntariamente portanto, mas sim de modo espontâneo, os atos próprios do homem se erigem diante dele em um poder alheio e hostil, que o subjuga, em vez de ele os dominar. Com efeito, a partir do momento em que o trabalho começa a se dividir, cada qual se move em determinado círculo exclusivo de atividades, que lhe é imposto e do qual não

pode escapar; o homem é caçador, pescador, pastor ou Crítico crítico,²⁴ e tem de continuar a sê-lo caso não queira se ver privado dos meios de vida – enquanto que na sociedade comunista, onde cada indivíduo não tem para si um círculo exclusivo de atividades, mas pode desenvolver suas aptidões no ramo que melhor lhe aprouver, a sociedade se encarrega de regular a produção universal, com o que ela torna possível, justamente através disso, que eu possa me dedicar hoje a isto e amanhã àquilo, que possa caçar pela parte da manhã, pescar pela parte da tarde e à noite apascentar o gado, e depois de comer, criticar, se for o caso e conforme meu desejo, sem a necessidade de por isso me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico algum dia.

Esta sedimentação da atividade social, esta consolidação de nosso próprio produto em um poder objetual (*sachliche Macht*) erigido sobre nós, que escapa a nosso controle, que levanta uma barreira diante de nossa expectativa e destrói nossos cálculos, é um dos momentos fundamentais que se destacam em todo o desenvolvimento histórico até agora, e é justamente dessa contradição entre o interesse particular e o universal que o interesse social na condição de *Estado* assume uma forma autônoma, separada dos reais interesses individuais e gerais e, ao mesmo tempo, uma forma de comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos vínculos existentes, dentro de cada conglomerado familiar e tribal, tais como a carne e o sangue, a língua, a divisão do trabalho em maior escala e outros interesses e, sobretudo, como mais tarde haveremos de desenvolver, a base dos interesses das classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se formam e se diferenciam em cada um desses conglomerados humanos e entre as quais há sempre uma que domina sobre todas as demais.

Disso se deduz que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto etc. etc. não são mais do que formas ilusórias nas quais as lutas reais das diferentes classes são conduzidas (sobre o que os teóricos alemães não têm nem a mais remota idéia, apesar de lhes terem sido dadas orientações mais do que suficientes acerca disso nos *Anais Franco-Alemães* e em *A sagrada família*),²⁵

²⁴ Referência irônica à sagrada família (ver K. Marx e F. Engels, *A sagrada família*, trad. Marcelo Backes, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003) de Bruno Bauer e seus consortes. Elas se repetem ao longo das próximas páginas. (N.T.)

²⁵ Os *Anais Franco-Alemães* (*Deutsch-Französische Jahrbücher*, em alemão) foram publicados sob a direção redacional de Marx e Arnold Ruge. Acabou saindo apenas um número – duplo – da publicação, em fevereiro de 1844. Ele trazia os textos de Marx “Sobre a questão

e, mais do que isso, de que toda classe que aspire a implantar sua dominação, ainda que esta, como ocorre no caso do proletariado, condicione em absoluto a supra-sunção (*Aufhebung*)²⁶ de toda a forma da sociedade existente até agora e de toda a dominação em geral, tem de começar conquistando o poder político, para poder apresentar, de sua parte, seu interesse como sendo o interesse geral, coisa que em um primeiro momento se vê obrigada a fazer. Justamente porque os indivíduos *apenas* buscam seu interesse particular, que para eles não coincide com seu interesse geral, e porque o universal é sempre a forma ilusória da comunidade, este torna-se algo “alheio” a eles e “independente” deles, um interesse “geral” mais uma vez peculiar e especial, ou eles mesmos têm necessariamente de se mover nessa cisão,²⁷ como na democracia.

Por outra parte, a luta *prática* desses interesses particulares que constantemente e de um *modo real* se opõem aos interesses gerais ou que ilusoriamente se crêem como tais, impõe como algo necessário a interposição *prática* e o refreamento pelo interesse “geral” ilusório na condição de Estado. O poder social (*soziale Macht*), quer dizer, a força de produção multiplicada, que nasce por obra da cooperação dos diferentes indivíduos sob a ação da divisão do trabalho, aparece a estes indivíduos, por não se tratar de uma cooperação voluntária mas sim espontânea, não como um poder próprio, associado, mas sim como um poder (*Gewalt*) alheio, situado à margem deles, que não sabem de onde ele procede nem para onde ele se dirige, um poder que eles não podem mais dominar, portanto, mas que, pelo contrário, percorre uma série de fases e etapas do desenvolvimento peculiar e independente da vontade e dos atos dos homens, e que inclusive dirige esta vontade e estes atos.

Esse “*estranhamento*” (*Entfremdung*),²⁸ para nos expressarmos em termos compreensíveis aos filósofos, só pode ser supra-sumido caso se parta

judaica” (*Zur Judenfrage*) e a introdução à crítica do direito hegeliano – de Marx (*Crítica da filosofia do direito de Hegel*, trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus, superv. Marcelo Backes, São Paulo, Boitempo Editorial, 2005), mais o texto “Eskboços para uma crítica da economia política” (*Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie*) e “A situação da Inglaterra” (*Die Lage Englands. Past and Present*) de Thomas Carlyle, Londres, 1843). Ver a edição brasileira de *A sagrada família* – já mencionada antes, de modo que *A ideologia alemã* não deixa de ser, em parte, um diálogo de Marx e Engels com sua obra anterior. (N.T.)

²⁶ Ver, mais uma vez, a “Nota à tradução” onde o uso do conceito é explicado extensivamente. (N.T.)

²⁷ MEGA: se encontrar nessa cisão. (N.E.A.)

²⁸ Ver mais acerca de alguns conceitos básicos, inclusive deste, em “Nota à tradução”, ao final do “Prefácio”. (N.T.)

de duas premissas *práticas*. A fim de que se converta em um poder “insuportável”, quer dizer, em um poder contra o qual se revoluciona, é necessário que engendre uma massa da humanidade como absolutamente “sem posses” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de educação existente, o que pressupõe, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento... E, por outro lado, esse desenvolvimento das forças de produção (com o qual já está dada, ao mesmo tempo, uma existência empírica disponível em um plano *histórico-universal*, e não na existência puramente local dos homens) constitui, também, uma premissa prática absolutamente necessária, porque sem ela apenas a *escassez (Mangel)* se generalizaria e, portanto, com a *precariedade (Notdurft)*, começaria de novo a luta pelo indispensável, e toda a velha merda anterior voltaria a se estabelecer, porque, além disso, apenas esse desenvolvimento universal das forças de produção traz consigo um intercâmbio *universal* dos homens, em virtude do qual, por um lado, o fenômeno da massa “despossuída” (*eigentumslose Masse*) se produz simultaneamente em todos os povos (concorrência universal), fazendo com que cada um deles dependa das transformações revolucionárias (*Umwälzungen*) dos outros e, por último, institui indivíduos *histórico-universais*, empiricamente universais, em vez de indivíduos locais. Sem isso: (1) o comunismo apenas chegaria a existir como fenômeno local; (2) as próprias *potências* de intercâmbio não poderiam se desenvolver como *potências universais* e, portanto, insuportáveis, mas seguiriam sendo simples “circunstâncias” supersticiosas-familiares; e (3) toda ampliação do intercâmbio acabaria com o comunismo local. O comunismo, empiricamente, apenas é possível com a ação simultânea²⁹ e “de uma vez” dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal das forças de produção e o intercâmbio universal a ele atrelado. Pois caso contrário, como é que a propriedade, por exemplo, poderia chegar a ter uma história, assumir diferentes feições, e a propriedade da terra, por exemplo, sendo diferentes as premissas disponíveis, poderia, na França, partindo da divisão dada, acabar na centralização em poucas mãos, e na Inglaterra, partindo da centralização nas mãos de poucos, acabar na divisão, conforme hoje de fato é o caso? Ou como pode que o comércio, que no fundo não é mais do que a troca de produtos de diferentes indivíduos e países, através das relações de oferta e procura, domine o mundo

²⁹ MEGA: simultânea ou “de uma vez”. (N.E.A.)

inteiro – relações que, conforme disse um economista inglês, pairam sobre a terra como o destino na Antigüidade; e com sua mão invisível dividem ventura e desventura entre os homens, constroem e destroem reinos, fazem aparecer e desaparecer³⁰ povos –, enquanto com a supra-sunção da base, da propriedade privada, com a regulação comunista da produção e da aniquilação da estranheza³¹ que jaz dentro dela e rege o comportamento dos homens em relação a seus próprios produtos, o poder das relações de oferta e procura se dissolve em nada e os homens voltam a ter poder sobre a troca, sobre a produção, sobre o modo de se comportarem uns com os outros?

O comunismo não é, para nós, um *estado (Zustand)* que deve ser implantado, um *ideal* ao qual a realidade [haverá] de se sujeitar. Nós chamamos de comunismo o movimento *real* que suspende e supera (*aufhebt*)³² o estado de coisas atual. As condições deste movimento se desprendem da premissa atualmente vigente. Ademais, a massa dos *simples* trabalhadores – da mão-de-obra massiva excluída³³ do capital ou de qualquer satisfação de suas necessidades, por limitada que seja – e, portanto, a perda não puramente temporal deste mesmo trabalho como fonte segura de vida pressupõe, através da concorrência, o *mercado mundial*. Portanto, o proletariado apenas pode existir *em um plano histórico-mundial*, da mesma forma que o comunismo, que é a ação do proletariado, apenas pode chegar a adquirir realidade como existência histórico-universal; existência histórico-universal dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos imediatamente vinculada à história universal.

A forma de intercâmbio condicionada pelas forças de produção vigentes em todas as fases históricas anteriores, e que por outro lado as condiciona, é a *sociedade civil (bürgerliche Gesellschaft)*, que, conforme se deduz do que foi exposto anteriormente, tem como premissa e como fundamento a família simples e a família composta (*die einfache Familie und die*

³⁰ MEGA: minguar. (N.E.A.)

³¹ Aqui Marx e Engels utilizam o conceito simples *Fremdheit*, bem menos carregado filosoficamente do que *Entfremdung* (estranhamento) ou *Entäusserung* (alienação). Ver “Nota à tradução”, no “Prefácio”. (N.T.)

³² Apesar da opção circunstancial, a opção preferencial para o conceito *Aufhebung* e seus derivados será aquela que já adotei na tradução de *A sagrada família* e nas demais obras de Marx e Engels editadas sob minha supervisão editorial; ou seja, supra-sunção. Mais detalhes acerca do conceito podem ser lidos, repito, na “Nota à tradução” da presente obra. (N.T.)

³³ MEGA: excluída em massa. (N.E.A.)

zusammengesetzte Familie), o que costuma ser chamado de tribo e cuja definição foi detalhada em páginas anteriores. Já aqui fica revelado que esta sociedade civil é o verdadeiro fogão e o cenário de toda a história, e ao mesmo tempo quão absurda é a concepção histórica existente até agora que, fazendo pouco-caso das relações reais, apenas dá atenção, em sua limitação, às ações retumbantes do Estado e dos dirigentes.

[Riscado no manuscrito: Até agora nós contemplamos principalmente apenas um lado da atividade humana, o *tratamento da natureza* por parte do homem. O outro lado, o *tratamento do homem* por parte do homem...

Origem do Estado e a relação do Estado com a sociedade civil.]

A sociedade civil abrange o intercâmbio material conjunto dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das formas de produção. Ela abrange a vida comercial e industrial completa de um estágio, e nesse sentido vai além do Estado e da nação, ainda que por outro lado volte a se fazer valer para o exterior na condição de nacionalidade, ao passo que para o interior tenha de se organizar como Estado. O conceito de sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se diferenciado da essência comum típica da Antiguidade e da Idade Medieval. A sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) como tal se desenvolve apenas com a burguesia (*Bourgeoisie*); a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio, que forma, em todos os tempos, a base do Estado e da superestrutura idealista restante foi, a partir de então, continuamente designada com o mesmo nome.

[2.] *Sobre a produção da consciência*

Na história anterior ao presente momento é, contudo, tão marcadamente um fato empírico o de que os indivíduos isolados, quando suas atividades se estendem para um plano histórico universal, vêem-se cada vez mais subjugados a um poder estranho a eles (cuja opressão eles chegam logo a considerar como uma perseguição do chamado espírito universal etc.), poder que adquire um caráter cada vez mais de massa e se revela, em última instância, como sendo o *mercado mundial*. Mas, assim mesmo, é empiricamente fundamentado que, com a derrocada da ordem social vigente por obra da revolução comunista (do que falaremos mais abaixo) e a supressão da propriedade privada idêntica a ela, esse poder tão misterioso para os teóricos alemães se dissolve e, então, a liberação de cada indivíduo se impõe na mesma medida em que a história se transforma totalmente

em uma história universal. Depois do que acabou de ser dito antes, é óbvio que a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende totalmente da riqueza de suas relações reais. Só através disso os indivíduos concretos se liberam dos diferentes grilhões nacionais e locais, põem-se em contato prático com a produção (incluindo a espiritual) do mundo inteiro e se colocam em condições de adquirir a capacidade necessária para poder desfrutar desta produção multiforme e completa de toda a terra (as criações dos homens). A dependência *omnilateral* (*allseitige Abhängigkeit*), forma plasmada espontaneamente da cooperação *histórico-universal* dos indivíduos, transforma-se, graças a esta revolução comunista, no controle e na dominação consciente sobre estes poderes que, nascidos da ação de alguns homens sobre os outros, até agora se impunham sobre eles e os dominavam na condição de potências absolutamente estranhas. E esta concepção pode bem ser interpretada, por sua vez, de um modo especulativo e idealista, ou seja, fantástico, como a "autocriação do gênero" (a "sociedade na condição de sujeito"), de modo que a série sucessiva dos indivíduos relacionados entre si seja representada como se fosse um só indivíduo que realiza o mistério de se engendrar a si mesmo. Aqui fica claro que os indivíduos se fazem *uns aos outros*, tanto física quanto espiritualmente, contudo não se fazem a si mesmos, nem na concepção disparatada de São Bruno, nem no sentido do "Único", do homem "feito".³⁴

Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real da produção, partindo, para tanto, da produção material da vida imediata, e do ato de conceber a forma de intercâmbio correspondente a este modo de produção e engendrada por ele, quer dizer, a sociedade civil em suas diferentes fases, como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação como Estado e explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência, a religião, a filosofia, a moral etc., assim como estudando, a partir dessas premissas, seu processo de nascimento, coisa que, naturalmente, permitirá expor as coisas em sua totalidade (e também, por isso mesmo, a interdependência entre estes diversos aspectos). Esta concepção, diferentemente da idealista, não busca uma categoria em cada período, mas se mantém sempre sobre o *terreno* histórico real (*auf dem wirklichen Geschichtsboden*); não explica a prática partindo da idéia, mas explica as formações ideológicas sobre a base da prática ma-

³⁴ Conforme a concepção de Max Stirner, ou São Max, que é como os autores o chamam, conforme poderá ser visto — estendidamente — mais tarde. (N.T.)

zusammengesetzte Familie), o que costuma ser chamado de tribo e cuja definição foi detalhada em páginas anteriores. Já aqui fica revelado que esta sociedade civil é o verdadeiro fogão e o cenário de toda a história, e ao mesmo tempo quão absurda é a concepção histórica existente até agora que, fazendo pouco-caso das relações reais, apenas dá atenção, em sua limitação, às ações retumbantes do Estado e dos dirigentes.

[[Riscado no manuscrito: Até agora nós contemplamos principalmente apenas um lado da atividade humana, o *tratamento da natureza* por parte do homem. O outro lado, o *tratamento do homem* por parte do homem...

Origem do Estado e a relação do Estado com a sociedade civil.]]

A sociedade civil abrange o intercâmbio material conjunto dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças de produção. Ela abrange a vida comercial e industrial completa de um estágio, e nesse sentido vai além do Estado e da nação, ainda que por outro lado volte a se fazer valer para o exterior na condição de nacionalidade, ao passo que para o interior tenha de se organizar como Estado. O conceito de sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se diferenciado da essência comum típica da Antiguidade e da Idade Medieval. A sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) como tal se desenvolve apenas com a burguesia (*Bourgeoisie*); a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio, que forma, em todos os tempos, a base do Estado e da superestrutura idealista restante foi, a partir de então, continuamente designada com o mesmo nome.

[2.] *Sobre a produção da consciência*

Na história anterior ao presente momento é, contudo, tão marcadamente um fato empírico o de que os indivíduos isolados, quando suas atividades se estendem para um plano histórico universal, vêem-se cada vez mais subjugados a um poder estranho a eles (cuja opressão eles chegam logo a considerar como uma perseguição do chamado espírito universal etc.), poder que adquire um caráter cada vez mais de massa e se revela, em última instância, como sendo o *mercado mundial*. Mas, assim mesmo, é empiricamente fundamentado que, com a derrocada da ordem social vigente por obra da revolução comunista (do que falaremos mais abaixo) e a supressão da propriedade privada idêntica a ela, esse poder tão misterioso para os teóricos alemães se dissolve e, então, a liberação de cada indivíduo se impõe na mesma medida em que a história se transforma totalmente